

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
2025**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Relatório da administração

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

PBH ATIVOS S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da
PBH ATIVOS S.A.
Belo Horizonte – MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PBH ATIVOS S.A. (“Companhia”), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PBH ATIVOS S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Debêntures - 2ª Emissão

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 11 e 11.1, que descrevem a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, realizada em abril de 2014, no montante total de R\$ 230 milhões. As debêntures são atualizadas pelo IPCA e remuneradas à taxa de 11% ao ano. Embora o cronograma contratual de amortização tenha sido concluído em abril de 2021, a quitação

integral das obrigações não ocorreu em razão de medida cautelar proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), que determinou a retenção das parcelas devidas em conta bancária específica. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo retido totalizava R\$ 7,3 milhões. O mérito da questão foi julgado pelo TCE/MG em 2023, com autorização para levantamento dos recursos pelos debenturistas; entretanto, o acórdão foi parcialmente reformado após a interposição de embargos de declaração, permanecendo recursos pendentes de julgamento. A Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, classifica a probabilidade de perda como possível. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Eventos Subsequentes - Reforma Tributária

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 25, onde a Companhia divulga a promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, que instituiu nova sistemática de tributação sobre o consumo, incluindo a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com vigência plena prevista a partir de 1º de janeiro de 2027. A referida legislação prevê regime específico aplicável às atividades de securitização de créditos. A Administração encontra-se avaliando os possíveis impactos dessa nova legislação sobre as operações da Companhia, considerando o atual período de transição para o novo sistema tributário sobre o consumo, com vigência plena prevista a partir de 2027. Nesse contexto, a mensuração mais precisa dos eventuais impactos depende da edição de normativos complementares pela Receita Federal do Brasil e demais órgãos regulamentadores. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos durante a auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis. Assim, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Debêntures – 2ª Emissão

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou em seu balanço patrimonial obrigações com debêntures de emissão simples, no montante de R\$ 7.3 milhões (R\$ 6.6 milhões, em dezembro de 2024) conforme divulgações na Nota Explicativa nº 11, sobre as demonstrações contábeis. As debêntures são lastreadas por meio de cessão fiduciária, por tributos municipais renegociados, originados por BH, os quais foram transferidos à PBH Ativos por contrato de cessão onerosa. Os tributos incluem o Imposto sobre Serviços de Qualquer

Natureza (ISS), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e outras taxas municipais. O agente fiduciário da emissão, a Pentágono S.A. DTVM (Pentágono), é responsável por verificar o DSCR e o índice de garantia. Por se tratar de uma obrigação relevante para a Companhia e sujeita a fatores externos para cumprimento das garantias atreladas às debêntures 2ª emissão, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento sobre o monitoramento das obrigações vinculadas às debêntures 2ª emissão; (b) análise das autorizações e dos registros realizados nos órgãos oficiais controladores (B3 e CVM); (c) análise das atas das assembleias gerais respectivas, em que são autorizados os processos (pelas publicações e/ou pelos registros de atas); (d) análise da autorização de emissão, pela diretoria, para efeitos de controles internos; (e) análise dos cumprimento de obrigações não pecuniárias; (f) análise do cumprimento dos índices financeiros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (g) avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que os controles internos utilizados pela Administração são razoáveis e que as divulgações estão consistentes com os dados e as informações obtidos ao longo deste trabalho.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se ele está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido durante a auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar essa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis supracitadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance dos trabalhos de auditoria planejados, da época da auditoria e das constatações significativas, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos durante a auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que uma lei ou um regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando,

em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 19 de março de 2026.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por
ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2026.03.26 15:26:58 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

ESER HELMUT
AMORIM:12081651
866

Assinado de forma digital por
ESER HELMUT
AMORIM:12081651866
Dados: 2026.03.26 15:27:14
-03'00'

Eser Helmut Amorim
CRC 1SP 307.736/O – 5
Diretor

PBH ATIVOS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

**Ativo**

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	81.550	196.389
Aplicações vinculadas	5	7.312	6.570
Créditos a receber	6	26.770	26.215
Impostos a recuperar	7	8.802	14.446
Outros ativos		31	5
		124.465	243.625
Não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Créditos a receber	6	132.516	152.226
Aplicações Financeiras	4.1.1	132.715	-
Garantias e cauções	8.1	155.384	129.709
Bens destinados à venda	9	10.010	10.010
Créditos fiscais	20.3	29	-
Total do Realizável a Longo Prazo		430.654	291.945
Imobilizado e Intangível	10	29.720	29.650
		460.374	321.595
Total do ativo		584.839	565.220

Passivo e patrimônio líquido

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante			
Debêntures	11	7.312	6.570
Fornecedores		99	152
Impostos e obrigações a recolher	12	643	457
Salários, remunerações e encargos sociais	13	701	580
Provisões trabalhistas	14	716	733
Outros passivos	15	1	95
		9.472	8.587
Não circulante			
Garantias e cauções passivas	8.2	16	8
Tributos diferidos	21.1	28.816	30.907
		28.832	30.915
Total do passivo		38.304	39.502
Patrimônio Líquido			
Capital social	16.1	314.280	314.280
Reserva de lucros	16.2	232.254	211.438
		546.535	525.718
Total do passivo e patrimônio líquido		584.839	565.220

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PBH ATIVOS S.A.

Demonstrações do resultado do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)



	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas	17	10.537	11.487
Lucro bruto		10.537	11.487
Despesas com pessoal		(6.782)	(6.770)
Despesas administrativas		(6.759)	(4.090)
Despesas tributárias	18	(3.350)	(2.547)
Outras receitas e despesas operacionais	19	1.623	639
		(15.267)	(12.768)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(4.730)	(1.281)
Receitas financeiras		49.771	35.533
Despesas financeiras	20	(793)	(613)
Receitas financeiras líquidas		48.978	34.920
Resultado antes dos impostos		44.247	33.639
Imposto de Renda e CSLL	21	(12.222)	(2.252)
Provisão Imposto diferidos	21.1	2.091	1.211
		(10.131)	(1.041)
Lucro líquido do período		34.117	32.598
Lucro líquido do período por ação		0,94	0,99

PBH ATIVOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)



	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	34.117	32.598
Outros resultados	-	-
Resultado abrangente do exercício	34.117	32.598

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PBH ATIVOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)



	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros/prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Lucros a destinar		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		284.280	14.801	194.039	-	493.120
Integralização de Capital		30.000				30.000
Lucro líquido do período		-	-	-	32.598	32.598
Transferências para reservas			1.630	30.968	(32.598)	-
Juros sobre o capital próprio				(30.000)	-	(30.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		314.280	16.431	195.007	-	525.718
Lucro líquido do período		-	-	-	34.117	34.117
Transferências para reservas	16.2	-	1.706	32.411	(34.117)	-
Juros sobre o capital próprio				(13.300)		(13.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		314.280	18.137	214.118	-	546.535

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PBH ATIVOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)



	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	34.117	32.598
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	66	64
Variação monetária líquida	(6.811)	(8.418)
Ajuste a valor justo	-	-
Provisão de Impostos diferidos	(2.091)	(1.212)
Provisão para contingências	-	-
Créditos fiscais	(29)	-
Juros reconhecidos sobre créditos a receber	-	-
Ajuste do contas a receber	-	-
	25.251	23.032
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Recebimento de créditos	26.709	24.063
Impostos a recuperar	5.643	(9.552)
Aplicações vinculadas	(742)	(514)
Outros Ativos Circulantes	(26)	(5)
Realizável a Longo Prazo	(25.675)	56.210
	5.909	70.202
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(54)	(79)
Impostos e obrigações a recolher	186	62
Obrigações sociais e trabalhistas	122	22
Provisões trabalhistas	(17)	104
Garantias contratuais	7	-
Outros Passivos	(93)	93
	152	202
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	31.312	93.436
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição imobilizado/intangíveis	(136)	-
Aplicações financeiras de longo prazo	(132.715)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(132.851)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	-	30.000
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	(13.300)	(30.000)
Amortização de debêntures	-	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	(13.300)	-
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(114.839)	93.436
Caixas e equivalentes no início do período	196.389	102.953
Caixas e equivalentes no final do período	81.550	196.389
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(114.839)	93.436

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A PBH Ativos S.A. é uma empresa estatal organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, criada em 29 de março de 2011, com prazo de duração indeterminado, tendo o Município de Belo Horizonte/MG como acionista majoritário.

A Companhia tem por finalidade estruturar, administrar e explorar economicamente ativos municipais, bem como apoiar a viabilização de projetos de interesse público, especialmente aqueles relacionados à infraestrutura urbana, concessões e parcerias público-privadas (PPPs). Para tanto, pode firmar contratos, prestar garantias ou assumir obrigações vinculadas à implementação de políticas públicas e ao desenvolvimento econômico do Município.

Com a publicação da Lei Municipal nº 11.801/2025, a atuação da PBH Ativos foi ampliada, passando a contemplar também o suporte técnico à estruturação de projetos estratégicos de outros entes federativos, incluindo estudos, parcerias institucionais, desestatizações e outras iniciativas de interesse público.

Nesse contexto, a Companhia desempenha papel relevante na coordenação e no suporte técnico às políticas públicas municipais voltadas ao desenvolvimento econômico, à melhoria da infraestrutura urbana e à modernização da gestão pública, atuando em conformidade com os princípios da governança corporativa, da transparência e da eficiência administrativa.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/1976) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelos órgãos reguladores competentes.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), naquilo que são aplicáveis às entidades brasileiras.

Os valores apresentados estão expressos em milhares de reais e foram arredondados para facilitar a leitura.

2.1 Administração da Companhia

Até novembro de 2025, o cargo de Diretor-Presidente da Companhia era exercido pelo Sr. Leonardo Colombini. A partir dessa data, o Sr. Lucas Faveri passou a exercer a função de Diretor-Presidente da PBH Ativos.

2.2 Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão dessas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela administração da PBH Ativos S.A. em 04 de março de 2026.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros, que são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, quando aplicável, mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

2.4 Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que corresponde à moeda funcional da Companhia.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseiam-se na experiência histórica da Administração, bem como em outros fatores considerados razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As principais estimativas contábeis e julgamentos relevantes adotados pela Administração referem-se, principalmente às seguintes áreas das demonstrações contábeis:

- Nota 6 – Créditos a receber
- Nota 9 – Bens destinados à venda
- Nota 10 – Imobilizado e Intangível
- Nota 20.2 – Provisão de IRPJ e CSLL sobre receita não realizada.

2.6 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e concluiu que não há incertezas relevantes relacionadas à continuidade operacional.

Com a publicação da Lei Municipal nº 11.801/2025, a Companhia amplia seu horizonte estratégico, passando a estar autorizada a prestar suporte a órgãos e entidades de outros entes federativos. Essa nova atribuição, que inclui a formulação e implementação de projetos de infraestrutura, concessões, parcerias público-privadas (PPPs), desestatizações, parcerias em geral e demais iniciativas de interesse público, fortalece seu papel como facilitadora de políticas intergovernamentais e impulsionadora do desenvolvimento regional.

Além disso, a publicação da Lei Complementar n. 208/2024 que trata da securitização de créditos públicos pode permitir, aliada a outros fatores, como aprovação de lei municipal autorizativa, a realização de nova operação pela empresa.

No campo operacional, a Companhia divulga continuamente em seu site os principais projetos que possibilitam à Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte executar políticas públicas eficazes, fortalecendo a transparência e a governança corporativa.

Como indicativo da estabilidade dos fluxos financeiros, destaca-se que o fluxo oriundo da COPASA não sofreu impactos que pudessem comprometer a garantia das PPP's a curto prazo, tampouco demonstrou tendência de inadimplência a médio e longo prazo. Esse desempenho evidencia a solidez dos contratos e a segurança dos recebíveis, fatores essenciais para a manutenção da continuidade operacional e para a garantia dos compromissos assumidos, especialmente no tocante às PPP's.

Diante dos fatos, esforços e circunstâncias vigentes, estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, refletindo a visão estratégica e o compromisso contínuo com a excelência e a sustentabilidade.

3 Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir e foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Regime de competência

A Companhia adota o regime de competência para registro de suas transações.

3.2. Ajuste a valor presente (AVP)

Permite a correção de julgamento acerca de eventos passados já registrados e traz melhorias na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

No período apresentado, a Companhia não apresentou ajustes significativos em suas demonstrações contábeis.

3.3. Ajuste a valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros está avaliado pelo montante em que cada instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre as partes dispostas, com exceção de uma venda forçada ou liquidação.

3.4. Ajuste a valor recuperável de ativos

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia deve avaliar se há indicação de que seus

ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica relevante. Se houver, a Companhia deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente eventuais desvalorizações.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não apresentou perdas significativas em seus ativos ou conjunto de ativos.

3.5. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa a curto prazo, e não para investimentos ou outros afins.

Compreendem a fundos de investimentos de aplicações que acompanham a variação do CDI com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo

3.6. Créditos e/ou títulos a receber

Os créditos e/ou títulos a receber são representados pelas seguintes operações:

a) Créditos COPASA a receber

Correspondem a créditos financeiros perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, inicialmente detidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH) e que foram utilizados pela mesma para integralização de aumento de capital na PBH Ativos, passando esta a deter os direitos sobre os citados créditos (nota nº 6.1).

b) Créditos PROJETOS a receber

Correspondem a valores a receber de serviços prestados pela PBH Ativos a título de formulação e implementação de projetos de infraestrutura, concessões, parcerias público-privadas (PPPs), parcerias em geral, etc.

3.7. Ativo não circulante

Compreende os valores cuja realização acontecerá após 12 (doze) meses da data do balanço patrimonial. Além disso, representa grupos de contas e aplicações financeiras destinadas a cauções e garantias dadas pela PBH Ativos em contratos de Parcerias Público-Privadas do Município de Belo Horizonte, nos termos da Lei Federal nº 11.079/2004.

3.8. Bens destinados à venda e/ou negociações

Correspondem a terrenos, adquiridos em abril de 2012, em processo de permuta por outros imóveis com o Município de Belo Horizonte (nota nº 9).

3.9. Ativo imobilizado e intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

a) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado da Companhia composto por bens móveis está registrado inicialmente pelo custo de aquisição. Não ocorreram até o momento fatores que indiquem que a vida útil, valor residual ou mudança tecnológica desde a data de aquisição que possam levar à necessidade de mudança da estimativa contábil.

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável.

Em 31 de dezembro de 2025 o teste de impairment foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) pelo montante dos terrenos (nota nº 10) registrados no grupo de imobilizado e não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis são bens adquiridos que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Estes ativos estão representados por programas (softwares) não customizados adquiridos pela Companhia.

b) Depreciação e amortização

A depreciação e a amortização são calculadas sobre os valores depreciáveis, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual estimado baseando-se no método linear.

O percentual do valor residual e a vida útil estimada para cada grupo do imobilizado e intangível da Companhia, para o exercício findo em 31/12/2025, são os seguintes:

Percentual depreciação

Ativos	Vida útil (anos)	Taxa de depreciação (%)
Máquinas e equipamentos	10 anos	10
Móveis e utensílios	10 anos	10
Computadores e Informática	5 anos	20

3.10. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.11. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Representa patrimônio líquido, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

3.12. Apuração do resultado

O resultado é apurado em obediência ao regime contábil de competência de exercícios.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras. Estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam os seguintes valores:

Descrição	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	4.1	81.550	196.389
		81.550	196.389

4.1 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia incluem fundos de investimento com liquidez e rentabilidade diárias, atrelados à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com remuneração aproximada de 100% do CDI.

Esses investimentos são gerenciados pela Companhia para atender aos seus compromissos de curto prazo.

4.1.1 Reclassificação da Aplicação Financeira CEF 577100617

No exercício de 2025, a Administração deliberou pela reclassificação da aplicação financeira CEF 577100617 – REC COPASA AP. CAP – FI DIAMANTE, no valor de R\$ 132,7 milhões, anteriormente

registrada no Ativo Circulante, para o Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo.

A classificação para o Ativo Não Circulante decorre da intenção da Administração de manter o investimento por prazo superior a 12 meses, estando vinculada à manutenção de reservas estratégicas relacionadas a projetos de longo prazo da Companhia. Esse procedimento visa conferir maior transparência e prudência à apresentação da posição patrimonial.

A classificação será reavaliada periodicamente, especialmente nos fechamentos semestrais, para verificar a permanência da intenção de manutenção no longo prazo.

5 Aplicações vinculadas

A Companhia mantém uma aplicação financeira no valor de R\$ 7,3 milhões (R\$ 6,6 milhões em dezembro de 2024), vinculada ao saldo remanescente das Debêntures de 2ª Emissão (nota nº 11).

Esses recursos estão reservados para pagamento das parcelas referentes ao período de julho de 2020 a abril de 2023, conforme determinação cautelar constante nos Autos de Representação nº 1.024.572, atualmente em fase recursal, em tramitação no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG (nota nº 11.1). A aplicação está registrada em conta mantida junto ao Banco do Brasil, conta nº 18.120-X.

6 Créditos a receber

Os direitos e títulos de crédito são mensurados pelo valor original na data do balanço patrimonial. As atualizações e ajustes identificados são registrados nas contas de resultado.

O saldo a receber é decorrente de operações relacionadas aos direitos de crédito junto à Copasa MG, da prestação de serviços para análise de modelagem econômico-financeira e jurídica em contratos de convênios, bem como de valores a ressarcir referentes a despesas incorridas no âmbito desses convênios e termos de cooperação técnica.

Esses créditos são classificados como mantidos até o vencimento, considerando sua natureza específica e restrições à negociação no mercado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 são apresentados da seguinte forma:

Descrição	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Copasa MG	6.1	26.503	25.371
Termo de Coop. PMBH – Ressarcimentos	6.2	267	-
Projetos		0	844
Circulante		26.770	26.215
Copasa MG	6.1	132.516	152.226
Não circulante		132.516	152.226
Total		159.286	178.441

6.1. Créditos COPASA MG a receber

Correspondem a créditos detidos pelo Município de Belo Horizonte/MG perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, transferidos para a PBH Ativos S/A a título de subscrição de capital social realizada em 29 de maio de 2012, com vencimento em junho de 2031.

Esses créditos têm origem em um instrumento contratual celebrado entre o Município de Belo Horizonte, a COPASA MG e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) e do Termo de Reconhecimento de Dívida. A PBH Ativos ofereceu esses créditos como garantia em Parcerias Público-Privadas (PPPs) do Município, sendo que o recebimento dos valores ocorre em contas bancárias com penhor em favor das concessionárias (nota nº 8.1).

Em 31/12/2025, o saldo contábil desses créditos reflete as amortizações realizadas no período, bem como as atualizações mensais pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Transferências</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2025</u>
Circulante	25.371	27.264		(26.132)	26.503
Não Circulante	152.226	(27.264)	7.554		132.516
Total	<u>177.597</u>	<u>0</u>	<u>7.554</u>	<u>(26.132)</u>	<u>159.019</u>

A classificação desses créditos conforme os prazos de realização está apresentada a seguir:

**DESDOBRAMENTOS DO SALDO A RECEBER
CRÉDITOS COPASA MG**

<u>Classificação</u>	<u>Saldos (R\$)</u>
Até 12 meses	26.503
de 12 a 24 meses	26.503
de 24 a 36 meses	26.503
de 36 a 48 meses	26.503
de 48 a 60 meses	26.503
após 60 meses	26.504
Total	<u>159.019</u>

Destaca-se, ainda, que em 31/12/2025 as contas a receber do Fluxo da COPASA estavam adimplentes, em conformidade com o fluxo das garantias estabelecido nos contratos de PPP firmados pela Administração Pública Municipal.

6.2. Termos de Cooperação Técnica - Ressarcimentos de Despesas Vinculadas

A PBH Ativos S.A. mantém Termos de Cooperação Técnica e Convênios firmados com a Prefeitura

Municipal de Belo Horizonte, que visam à prestação de serviços técnicos especializados, ao desenvolvimento de projetos e ao apoio a iniciativas estratégicas de interesse público.

Esses instrumentos contemplam, entre outras cláusulas, a previsão de ressarcimento de despesas incorridas pela PBH Ativos no âmbito das atividades desenvolvidas, respeitando os limites e condições estabelecidos nos respectivos acordos.

O ressarcimento desses valores será realizado de acordo com a execução e efetivação dos produtos previstos nos respectivos planos de trabalho, conforme previsto nos termos e instrumentos contratuais vigentes.

A Companhia adota controles internos rigorosos para assegurar a adequada gestão e prestação de contas dos recursos, em conformidade com as exigências contratuais e normativas aplicáveis, garantindo transparência e a correta alocação dos valores envolvidos.

Os valores relacionados a essas condições são demonstrados conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Convênio Nº 006/2023 – Copasa Valuation	74
Convênio Nº 007/2023 – Ciclo de Inovação – Startups	193
Total	267

7 Impostos a recuperar

Referem-se a créditos de PIS/COFINS, INSS e Saldos Negativos de IRPJ e CSLL.

Os valores são demonstrados em 31 de dezembro de 2025, conforme quadro a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
INSS	1	1
PIS/COFINS/IRRF	124	99
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	8.677	14.345
	8.802	14.445

A redução do saldo negativo de IRPJ e CSLL de 31/12/2024 para 31/12/2025 decorre principalmente da utilização desses créditos para o pagamento dos tributos trimestrais correspondentes (vide nota 21).

8 Garantias e cauções

8.1. Garantias e cauções classificadas no Ativo Não Circulante

Representadas por contas aplicações financeiras em fundos de investimentos no Banco do Brasil e

na Caixa Econômica Federal.

Os recursos estão vinculados contratualmente às garantias de execução das Parcerias Público Privadas (PPP) junto à Secretaria Municipal de Educação para construção das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), e da Atenção Primária da Saúde (UBS) e na PPP do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (HMDCC), junto à Secretaria Municipal de Saúde, não estando disponíveis para livre movimentação pela Companhia.

Conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplic. Financeira – CEF 3491-8 (EMEIS)	7.115	6.976
Aplic. Financeira – CEF 3791-7 (UBS)	35.328	31.370
Aplic. Financeira – CEF 3483-7 (HMDCC)	112.941	91.363
	155.384	129.709

8.2. Garantias e cauções classificadas no Passivo Não Circulante

Os valores indicados no Passivo Não Circulante a título de "Garantias e Cauções" referem-se a cauções contratuais com fornecedores, apresentando em 31 de dezembro de 2025 o importe de R\$ 16 (R\$ 8 saldo em dezembro de 2023).

O aumento no saldo decorre da celebração de um novo contrato no primeiro semestre de 2025, que exigiu a constituição de garantia adicional junto ao fornecedor.

9 Bens destinados à venda

Os bens destinados à venda compreendem terrenos adquiridos pela Companhia em abril de 2012, pelo valor de R\$ 10,010 milhões.

Em 30 de abril de 2015, esses terrenos foram cedidos ao Município de Belo Horizonte, por meio de Termo de Permuta de bens imóveis e cessão de uso gratuito, para viabilizar a construção da nova rodoviária do Município. Até a conclusão do processo de permuta por outros imóveis municipais, e considerando o cronograma de execução da obra, a Companhia concedeu ao Município o uso gratuito dos referidos terrenos.

Em junho de 2021, foi realizado laudo de avaliação dos terrenos localizados no Bairro São Gabriel, utilizando o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, conforme os critérios estabelecidos pela NBR 14653. A avaliação foi conduzida pela empresa Safira Engenharia Ltda., e os estudos indicaram ausência de evidências de perda de valor econômico dos ativos.

A Administração acompanha regularmente as condições de mercado e os indicadores econômicos relacionados a esses ativos e entende que não há evidências de desvalorização que justifiquem

ajustes adicionais. Dessa forma, os terrenos permanecem classificados como mantidos para venda, considerando a expectativa de conclusão do processo de permuta com o Município.

10 Ativo imobilizado e Intangível

O Ativo Imobilizado e Intangível da Companhia é composto por terrenos integralizados nos anos de 2014 e 2015, no valor total de R\$ 29,426 milhões, além de outros bens essenciais à realização do objeto social da Empresa.

Os bens corpóreos e intangíveis são registrados pelo custo de aquisição e seguem o método de depreciação/amortização linear, conforme as normas contábeis aplicáveis.

Em 2023, a Companhia contratou a Engenharia Macluf Ltda ME, especializada em serviços técnicos, para realizar uma avaliação detalhada dos imóveis urbanos de sua propriedade. A análise foi conduzida considerando as condições de mercado, com base no método comparativo direto de dados de mercado (Estatística Inferencial), conforme as normas da ABNT. O laudo indicou que não há necessidade de registrar perdas por desvalorização sobre o valor contabilizado.

Para fins de avaliação da recuperabilidade dos ativos, a Administração observa as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Companhia utiliza como referência o valor líquido de venda, fundamentado em laudos de avaliação independentes e na avaliação realizada pela Subsecretaria da Receita Municipal (SUREM), por meio da metodologia de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). As análises realizadas não identificaram indícios de desvalorização que justifiquem ajustes aos valores patrimoniais registrados.

A posição patrimonial da PBH Ativos, em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado		
Terrenos	29.426	29.426
Computadores e periféricos	145	92
Móveis e utensílios	67	35
Máquinas e equipamentos	1	1
Benfeitorias	67	76
Total do Imobilizado	29.706	29.630
Intangível		
Software	14	20
Total do intangível	14	20
Total do ativo imobilizado e intangível	29.720	29.650

A movimentação do ativo imobilizado e Intangível pode ser assim demonstrada:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Depreciação	Aquisições	Saldo em 31/12/2025
Terrenos	29.426	-	-	29.426
Comp. e perif.	92	(38)	93	147
Móveis e utensílios	35	(11)	43	67
Máq. e equip.	1	-	-	1
Benfeitorias	76	(12)	-	64
Software	20	(5)	-	15
Total	29.650	(66)	136	29.720

11 Debêntures - 2º Emissão

As debêntures da 2ª emissão correspondem a títulos de dívida simples, não conversíveis em ações, emitidos em série única, com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios autônomos. A emissão foi realizada por meio de distribuição pública com esforços restritos de colocação.

A emissão ocorreu em 15 de abril de 2014, totalizando 2.300 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 100 mil, perfazendo montante total de R\$ 230 milhões, com vencimento originalmente previsto para 15 de abril de 2021.

Em 09 de maio de 2016 foi celebrado o terceiro aditamento à escritura de emissão, que alterou o cronograma de amortização das debêntures, com ajustes nos percentuais de pagamento entre maio de 2016 e abril de 2021.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescidas de juros remuneratórios de 11% ao ano, com pagamentos periódicos de amortização e encargos financeiros.

Para fins contábeis, os títulos foram inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Embora o cronograma de amortização tenha sido concluído em abril de 2021, a liquidação integral das debêntures não foi realizada em razão de medida cautelar emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) no âmbito da Representação nº 1.024.572 – Apenso nº 1.031.793 (nota 11.1).

Em cumprimento à referida decisão, as parcelas vencidas e não pagas entre julho de 2020 e abril de 2021 passaram a ser depositadas em conta vinculada mantida no Banco do Brasil, sob titularidade da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo retido nessa conta totalizava R\$ 7,3 milhões (R\$ 6,6 milhões em 31 de dezembro de 2024) (nota 5).

11.1. Informação sobre acórdão TCE-Representação 1.024.572

Em 17 de junho de 2020, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) referendou medida cautelar no âmbito da Representação nº 1.024.572, relacionada à segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real.

A decisão determinou, em caráter cautelar, a suspensão do pagamento direto das parcelas das debêntures aos debenturistas de mercado, estabelecendo que os valores correspondentes deveriam ser depositados em conta separada, com aplicação financeira de liquidez diária, até decisão definitiva do Tribunal.

Adicionalmente, o Tribunal afastou a possibilidade de antecipação da declaração de vencimento das obrigações pela emissora e determinou que o banco centralizador e o agente fiduciário observassem as diretrizes estabelecidas na decisão cautelar.

Em 3 de maio de 2023, o Tribunal publicou decisão de mérito afastando a caracterização de dano ao erário e autorizando o levantamento dos valores depositados. Posteriormente, após a interposição de embargos de declaração, o acórdão foi parcialmente reformado em setembro de 2023, encontrando-se atualmente com recursos pendentes de julgamento.

A Companhia permanece à disposição do TCE/MG para prestar os esclarecimentos necessários e, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, classifica o risco associado ao processo como possível.

11.2. Covenants

Os *covenants* são condições contratuais que a empresa deve cumprir ao longo da vigência do contrato, com o objetivo de assegurar sua saúde financeira e garantir sua capacidade de honrar compromissos.

Durante a vigência da operação das Debêntures de 2ª Emissão, a PBH Ativos cumpriu integralmente todos os *covenants* estabelecidos nos contratos e aditamentos relacionados à operação, a qual foi concluída em abril de 2023.

Assim, em 31 de dezembro de 2025, não há mais pagamentos ordinários a vencer, o que dispensa a necessidade de a Companhia manter os índices de cobertura previstos no contrato.

12 Impostos e obrigações a recolher

Os saldos referentes aos Impostos e Obrigações a Recolher são apresentados conforme quadro a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	212	206
PIS/COFINS Rec. Financeira	276	183
PIS/COFINS/CSLL/ISS a recolher	155	68
	643	457

13 Salários, remunerações e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da conta de salários, remunerações e encargos sociais estão assim demonstrados:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ordenados e salários	477	374
FGTS a recolher	52	46
INSS e RPPS a recolher	172	160
	701	580

14 Provisões trabalhistas

Os saldos referentes às provisões são apresentados conforme quadro a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para Férias	529	542
Encargos s/ Provisão de Férias	187	191
	716	733

15 Outros Passivos

O saldo de "Outros Passivos", no valor de R\$1 mil em 31/12/2025, refere-se principalmente a obrigações relacionadas a valores de terceiros. Ressalta-se que, em 31/12/2024, contemplava também recursos relacionados à banca organizadora do concurso, conforme estabelecido no contrato firmado entre a PBH Ativos S.A. e o Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa (IBGP). Esses valores abrangiam despesas administrativas associadas à execução do concurso, incluindo a elaboração das provas, a correção, a gestão do processo seletivo e outros serviços prestados pelo IBGP, que foi zerado em 2025, em função do encerramento das obrigações financeiras relacionadas à banca organizadora do concurso (nota 19)

16 Patrimônio líquido

16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 314,28 milhões (mesmo valor em 31 de dezembro de 2025), representado por 36.332.983 ações ordinárias (mesmo número de ações em 31 de dezembro de 2025).

16.2. Reservas**a) Reserva legal**

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/1976. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

b) Reserva de lucros

Composto pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício subtraído da reserva legal. Nos termos do inciso III do parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, a proposta da atual administração é destinar a retenção de todo o lucro líquido incorrido até o presente exercício para Reserva de Lucros a Destinar, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária.

17 Receitas

Em 31 de dezembro de 2025 as receitas são compostas pelos seguintes valores:

Descrição	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Atualização de Créditos	17.1	7.553	8.932
Prestação de Serviços	17.2	3.375	2.963
(-) Deduções			
ISSQN / PIS/ COFINS		(391)	(408)
		10.537	11.487

17.1. Atualização de créditos

Decorrem, principalmente, da atualização do saldo dos créditos relativos ao Convênio COPASA-MG (nota 6.1).

17.2. Prestação de Serviços - Projetos

Receitas decorrentes do cumprimento dos planos de trabalho dos termos de cooperação celebrados, visando garantir a eficiência, conformidade e a viabilidade dos projetos.

18 Despesas tributárias

As despesas tributárias da Companhia em 31 de dezembro de 2025 estão assim demonstradas:

Descrição	Notas	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS Rec. Financeiras		(3.013)	(2.256)
IPTU		(308)	(290)
Outros		(29)	(1)
		(3.350)	(2.547)

19 Outras receitas e despesas operacionais

O saldo de R\$ 1.623 mil em 31 de dezembro de 2025 (comparado a R\$ 639 mil em 31 de dezembro de 2024) refere-se, principalmente, à atualização monetária de saldos negativos de IRPJ e CSLL, no valor de R\$ 1.279 mil em 31 de dezembro de 2025 (sem registro no mesmo período do exercício anterior), além da recuperação de despesas, créditos de PIS/COFINS e valores líquidos relacionados ao concurso público, que totalizam R\$ 344 mil em 31 de dezembro de 2025 (nota 15).

20 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025 está assim demonstrado:

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas c/ aplic. financeiras	49.766	35.528
Outras receitas financeiras	5	5
Total Receitas Financeiras	49.771	35.533
Comissões despesas bancárias	(43)	(94)
Variação monetária	(741)	(515)
IOF	(9)	(4)
Total Despesas Financeiras	(793)	(613)
Resultado Financeiro do Período	48.978	34.920

O resultado financeiro da Companhia alcançou R\$ 48.978 mil no primeiro semestre de 2025, representando crescimento de 40,26% em relação aos R\$ 34.920 mil apurados no mesmo período de 2024. Esse desempenho foi impulsionado, sobretudo, pelo aumento das receitas de aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 49.771 mil (ante R\$ 35.533 mil no período anterior), refletindo o maior volume de recursos aplicados e a manutenção de taxas de juros elevadas ao longo do período. As despesas financeiras permaneceram em patamar reduzido, passando de R\$ 613 mil para R\$ 793 mil, o que contribuiu para a ampliação do resultado financeiro líquido.

21 Impostos de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no lucro tributável, conforme a legislação vigente.

Até o exercício de 2024, a Companhia apurava os tributos pelo regime de estimativa mensal, com base no lucro real anual.

A partir do exercício de 2025, a Companhia passou a adotar o regime de apuração trimestral do lucro real para fins de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases contábeis e

fiscais dos ativos e passivos, quando aplicável.

Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício, conforme demonstrado a seguir:

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Resultado Contábil	34.117	32.598
Provisões não dedutíveis	(1.310)	(1.212)
(=) Lucro Líquido	32.807	31.386
(+) Adições	22.641	14.759
(-) Exclusões	(20.943)	(39.432)
Resultado Fiscal	34.505	6.713
(-) Comp. Prejuízo/Base Negativa	0	(2.014)
Base de Cálculo	34.505	4.699
IRPJ	(8.972)	(1.648)
CSLL	(3.250)	(604)
IR/CSLL corrente	(12.222)	(2.252)

21.1. Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre receita não realizada

Com base no disposto no artigo 3º, incisos "a" e "b", do Decreto nº 1.578/1977, atualizado pelo Decreto nº 1.698/1978, bem como no artigo 10 da Instrução Normativa nº 21/1979 e na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017, a Companhia registra o diferimento do IRPJ e da CSLL incidentes sobre receitas ainda não realizadas, decorrentes da atualização monetária dos créditos vinculados ao Convênio COPASA (nota 6.1).

Esse diferimento decorre da diferença temporal entre o reconhecimento contábil da atualização monetária desses créditos e sua tributação, que ocorre apenas por ocasião do efetivo recebimento dos valores.

Em 31 de dezembro de 2025, as provisões de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a receita financeira não realizada apresentam a seguinte composição:

IRPJ e CSLL diferidos (em milhares de Reais)	IRPJ e CSLL Provisionado (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.119
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	(1.212)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	30.907
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	(2.091)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	28.816

22 Ativos e passivo financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são os Créditos a Receber da Copasa (nota 6.1).

O valor justo desses créditos é considerado equivalente aos saldos contábeis, uma vez que foram oferecidos como garantia em PPPs e, por sua natureza, não são passíveis de negociação no mercado.

23 Transações com partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas referem-se:

- aos contratos de garantia vinculados às PPPs da Saúde e da Educação, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 6 e nº 8;
- à execução de projetos e aos ressarcimentos de despesas realizadas com o Município de Belo Horizonte e entidades a ele vinculadas, conforme Termos de Cooperação Técnica e Convênios (nota nº 6);

Todas as transações foram realizadas de acordo com os termos estabelecidos nos respectivos contratos e em conformidade com as normas legais aplicáveis à PBH Ativos.

24 Transações com o Pessoal-Chave

As transações com pessoal-chave incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e fiscalização das contas financeiras, orçamentárias e contábeis.

Não existe remuneração baseada em ações e a remuneração e encargos reconhecidos no resultado do período do pessoal-chave da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1,095 milhões (R\$ 0,95 milhões em 31 de dezembro de 2024).

25 Eventos subsequentes

Em março de 2026 o Sr. Gilberto Silva Ramos apresentou renúncia ao cargo de Diretor de Negócios. A transição ocorreu de forma regular, não gerando impactos relevantes nas operações da Companhia.

LUCAS ANTONIO MARTINEZ DE FAVERI:22263286888
888

Assinado de forma digital por LUCAS ANTONIO MARTINEZ DE FAVERI:22263286888
Dados: 2026.03.23 09:35:22 -03'00'

Lucas Antonio M. de Faveri
Diretor Presidente

ROBERTA HYGINO ROLETTI ZIMMER:013290856085655

Assinado de forma digital por ROBERTA HYGINO ROLETTI ZIMMER:013290856085655
Dados: 2026.03.20 14:46:11 -03'00'

Roberta H. Roletti
Diretora Executiva

INGRID ALMEIDA SILVA:07101898696696

Assinado de forma digital por INGRID ALMEIDA SILVA:07101898696696
Dados: 2026.03.20 10:55:34 -03'00'

Ingrid Almeida
Contadora - CRC/MG 125272/O